

# 10

Responsabilidad Social en Construcción  
*Responsabilidade Social na Construção Civil*  
*Social Responsibility in Civil Construction*

# Boletín Técnico

*Hênio Tinoco*

Asociación Latinoamericana de Control de Calidad, Patología  
y Recuperación de la Construcción - ALCONPAT Int.



Elaboración de:



## PREFÁCIO

Com o grande desenvolvimento atual dos meios de comunicação e de transporte, há efetiva possibilidade e necessidade de integração dos profissionais dos países Ibero-americanos, conscientes de que o futuro inscreve-se numa realidade social onde o conhecimento científico e o desenvolvimento tecnológico são as ferramentas corretas a serem utilizadas em benefício da sustentabilidade e qualidade de vida de nossos povos.

É missão e objetivo da ALCONPAT (Asociación Latinoamericana de Control de Calidad, Patología y Recuperación de la Construcción) ser um forte instrumento de união, desenvolvimento e difusão dos conhecimentos gerados pela comunidade da construção civil, com foco nos materiais e na gestão da qualidade de obras em andamento, no estudo dos problemas patológicos, na manutenção, recuperação e proteção do enorme patrimônio construído e na prevenção de falhas de projeto e construção em obras novas.

Desde sua fundação no ano de 1991 em Córdoba, Argentina, os membros da ALCONPAT Internacional e de suas delegacias e entidades nacionais, vêm organizando cursos, seminários, palestras e, nos anos ímpares o tradicional e reconhecido congresso científico CONPAT, já realizado de forma itinerante em onze diferentes países da Ibero-américa.

Com o objetivo de fortalecer essa integração e valorizar ainda mais a Construção Civil desses países, a ALCONPAT instituiu, em 2011, a “Comisión Temática de Procedimientos Recomendables” sob a profícua coordenação do Prof. Dr. Bernardo Tutikian. Essa Comissão tem o objetivo de levantar temas de interesse da comunidade, buscar um especialista que se disponha a pesquisar e escrever sobre o assunto, voluntariamente, e divulgar esse conhecimento na comunidade Ibero-americana.

O conteúdo deve ser claro, objetivo, com bases científicas, atualizado e não muito extenso, fornecendo a cada leitor profissional as bases seguras sobre um tema específico de forma a permitir seu rápido aproveitamento e, quando for o caso, constituir-se num ponto de partida seguro para um desenvolvimento ainda maior daquele assunto.

O resultado dessa iniciativa agora se cristaliza na publicação de 10 textos fantásticos, em forma de fascículos seriados, cuja série completa ou coletânea se denomina “O QUE É NA CONSTRUÇÃO CIVIL?”. Se tratam de textos conceituais visando o nivelamento do conhecimento sobre as principais “palavras de ordem” que hoje permeiam o dinâmico setor da

Construção Civil, entre elas: Sustentabilidade, Qualidade, Patologia, Terapia, Profilaxia, Diagnóstico, Vida Útil, Ciclo de Vida, e outras, visando contribuir para o aprimoramento do setor da construção assim como a qualificação e o aperfeiçoamento de seus profissionais.

Por ter um cunho didático, os diferentes temas são abordados de modo coerente e conciso, apresentando as principais etapas que compõem o ciclo dos conhecimentos necessários sobre aquele assunto. Cada fascículo é independente dos demais, porém o seu conjunto constituirá um importante referencial de conceitos utilizados atualmente na construção civil.

O curto prazo disponível para essa missão, de repercussão transcendental aos países alvo, foi superado vitoriosamente e esta publicação só se tornou realidade graças à dedicação, competência, experiência acadêmica, profissionalismo, desprendimento e conhecimento do Coordenador e Autores, apaixonados por uma engenharia de qualidade.

Estes textos foram escritos exclusivamente por membros da ALCONPAT, selecionados pela sua reconhecida capacidade técnica e científica em suas respectivas áreas de atuação. Os autores possuem vivência e experiência dentro de cada tópico abordado, através de uma participação proativa, desinteressada e voluntária.

O coordenador, os autores e revisores doaram suas valiosas horas técnicas, seus conhecimentos, seus expressivos honorários e direitos autorais à ALCONPAT Internacional, em defesa de sua nobre missão. Estimou-se essa doação em mais de 500h técnicas de profissionais de alto nível, a uma média de 50h por fascículos, acrescidas de pelo menos mais 200h de coordenação, também voluntária.

Todos os recursos técnicos e uma visão sistêmica, necessários ao bom entendimento dos problemas, estão disponíveis e foram tratados com competência e objetividade, fazendo desta coletânea uma consulta obrigatória. Espera-se que esta coletânea venha a ser amplamente consultada no setor técnico-profissional e até adotada pelas Universidades Ibero-americanas. Esta coletânea é mais um esforço que a ALCONPAT Int. realiza para aprimoramento e atualização do corpo docente e discente das faculdades e universidades, assim como para evolução dos profissionais da comunidade técnica ligada ao construbusiness, valorizando indistintamente a contribuição da engenharia no desenvolvimento sustentado dos países Ibero-americanos.

Mérida - México, março de 2013

Prof. Paulo Helene  
*Presidente ALCONPAT Internacional*

Prof. Bernardo Tutikian  
*Coordenador Comisión Temática de Procedimientos Recomendables*

**Junta Directiva de ALCONPAT Internacional (bienio jan.2012/dez. 2013):**

<i>Presidencia:</i>	<i>Prof. Paulo Helene</i>
<i>Presidência de Honor:</i>	<i>Prof. Luiz Carlos Pinto da Silva Filho</i>
<i>Vicepresidente Administrativo:</i>	<i>Profa. Maria Ysabel Dikdan</i>
<i>Vicepresidente Técnico:</i>	<i>Profa. Angélica Piola Ayala</i>
<i>Secretario Ejecutivo:</i>	<i>Prof. José Manuel Mendoza Rangel</i>
<i>Director General:</i>	<i>Dr. Pedro Castro Borges</i>
<i>Gestor:</i>	<i>Ing. Enrique Crescencio Cervera Aguilar</i>

**Sede permanente ALCONPAT:**

CINVESTAV Mérida México  
<http://www.alconpat.org>  
Dr. Pedro Castro Borges

**Presidente Congreso CONPAT 2013**

Prof. Sérgio Espejo

**Comisiones Temáticas:**

<i>Publicaciones</i>	<i>Dr. Pedro Castro Borges</i>
<i>Educación</i>	<i>Prof<sup>a</sup>. Liana Arrieta de Bustillos</i>
<i>Membrecía</i>	<i>Prof. Roddy Cabezas</i>
<i>Premiación</i>	<i>Prof<sup>a</sup>. Angélica Piola Ayala</i>
<i>Procedimientos Recomendables</i>	<i>Prof. Bernardo Tutikian</i>
<i>Relaciones Interinstitucionales</i>	<i>Prof. Luiz Carlos Pinto da Silva Filho</i>
<i>Historia ALCONPAT</i>	<i>Prof. Dante Domene</i>
<i>Boletín de Noticias</i>	<i>Arq. Leonardo López</i>

**Missão da ALCONPAT Internacional:**

*ALCONPAT Internacional es una Asociación no lucrativa de profesionales dedicados a la industria de la construcción en todas sus áreas, que conjuntamente trabajan a resolver los problemas que se presentan en las estructuras desde la planeación, diseño y proyecto hasta la ejecución, construcción, mantenimiento y reparación de las mismas, promoviendo la actualización profesional y la educación como herramientas fundamentales para salvaguardar la calidad y la integridad de los servicios de sus profesionales.*

**Visão da ALCONPAT Internacional:**

*Ser la Asociación de especialistas en control de calidad y patología de la industria de la construcción con mayor representatividad gremial y prestigio profesional reconocido internacionalmente, buscando siempre el beneficio social y el óptimo aprovechamiento de los recursos humanos, materiales y económicos para la construcción de estructuras sustentables y amigables con el medio ambiente.*

**Valores de ALCONPAT Internacional:**

*Ciencia, Tecnología, Amistad y Perseverancia para el Desarrollo de América Latina.*

**Objetivos da ALCONPAT Internacional:**

*ARTÍCULO 1.2 del Estatuto. ALCONPAT se define como una asociación sin fines de lucro, cuyos fines son:*  
*a) Contribuir al desarrollo científico y técnico de toda la comunidad Latinoamericana relacionada con la construcción y sus materiales, con énfasis en la gestión de la calidad, la patología y la recuperación de las construcciones.*  
*b) Actuar como un interlocutor cualificado, tanto de la propia sociedad civil como de sus poderes públicos representativos.*  
*c) Promover el papel de la ciencia y la tecnología de la construcción y sus materiales, y contribuir a su difusión como un bien necesario que es para toda la sociedad Latinoamericana y Iberoamericana.*



# 10

## ALCONPAT Internacional

Asociación Latinoamericana de Control de Calidad, Patología y  
Recuperación de la Construcción

# Boletín Técnico

Responsabilidad social en construcción  
*Responsabilidade social na construção civil*  
*Social responsibility in civil construction*

*Hênio F. F. Tinoco*  
*Universidade Potiguar. BRASIL.*

### Introdução

Os vinte países que compõem a América Latina são geralmente caracterizados pelo subdesenvolvimento, muito embora alguns deles sejam atualmente referências mundiais em termos de avanço industrial e tecnológico, como é o caso, por exemplo, do Brasil, do México, da Colômbia e do Chile.

Foi a partir do início da década de 1970, depois da “Aliança para o Progresso”, programa destinado a acelerar o desenvolvimento econômico, cultural e social da América Latina, lançado pelo presidente americano *John F. Kennedy*, que muitos países latino-americanos iniciaram seus programas de reformas econômicas e sociais, nos quais as principais ações eram concentradas na construção de habitações populares.

As necessidades, porém, iam muito além. Esses países, considerados na época como “em

desenvolvimento” precisavam, sobretudo, de investimentos em infraestrutura, principalmente em saneamento básico, abastecimento de água, energia e malha viária, sem falar em necessidades básicas como saúde, educação e segurança pública.

O Brasil, país privilegiado por possuir dimensões continentais, ainda hoje é muito carente de moradia e infraestrutura. Mesmo com a criação de uma abrangente política habitacional, cuja meta atual é construir 2 milhões de unidades a curto prazo, o déficit ainda é bem grande: cerca de 6,27 milhões de residências, de acordo com o Ministério das Cidades (*BRASIL, 2009*).

O Governo argentino estima que o déficit habitacional daquele país chegue a 2,5 milhões de residências, com um acréscimo de 120 mil unidades por ano. Na Colômbia a necessidade é de 1,3 milhões e no Peru o déficit estimado

é de 1,5 milhões e incremento anual de 150 mil unidades residenciais (MEJIA, DUER & QUERETARO, 2011).

Com tanta demanda, o setor da construção civil vem alcançando seguidos recordes e, assim, vem ocupando, nos últimos anos, uma posição de destaque, contribuindo significativamente com o desenvolvimento econômico e social da América Latina.

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), em 2010, registra que o crescimento do setor teve o resultado mais expressivo dos últimos 24 anos, tendo o PIB da construção civil chegado a 11,6%, enquanto o PIB nacional alcançava 7,3% (CBIC, 2011). Já na Argentina a construção civil também conseguiu superar bem a crise. Em 2010, o PIB do setor cresceu 10% com relação a 2009 e as perspectivas continuam boas para os anos subsequentes.

Os últimos registros de desempenho não favorável das empresas no Brasil, ainda de acordo com a CBIC (2011), remontam a fevereiro de 2009, quando o país ainda se recuperava dos efeitos da crise financeira mundial. Desde então, as avaliações

de desempenho passaram ao campo positivo e assim permanecem, mesmo com as dificuldades enfrentadas pela escassez de mão-de-obra.

Nos próximos anos, tanto a copa do mundo de futebol em 2014 como os jogos olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro, geram expectativas de um crescimento ainda maior do setor, uma vez que, além da construção, ampliação e reforma de parques esportivos, a realização dos eventos exige um conjunto de obras complementares, tais como a construção e melhoria de aeroportos, estradas, obras de mobilidade urbana, entre outras. No caso da copa os investimentos esperados devem ultrapassar os 15 bilhões de dólares.

Diante desta realidade de crescimento e mudança acelerados, é vital que as empresas de construção civil, apontadas em pesquisas recentes como as que menos investem em ações sociais e, tradicionalmente, consideradas vilãs no quesito meio-ambiente, estejam dispostas a oferecer produtos e serviços de qualidade, mas que preservem o meio ambiente e contribuam para o desenvolvimento social.

## 2. Conceitos e histórico

### 2.1 Conceitos

Responsabilidade social é definida pela ABNT NBR 16001:2004 como a relação ética e transparente da organização com todas as suas partes interessadas, visando o desenvolvimento sustentável.

Este conceito foi amplamente difundido e aceito pela conferência da Organização das Nações Unidas (ONU), no Rio de Janeiro, em 1992. Muitas das atividades associadas com a responsabilidade social refletem, portanto, as três dimensões da sustentabilidade: economia, meio

ambiente e sociedade.

O Instituto ETHOS<sup>1</sup> trata responsabilidade social empresarial como uma forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

### 2.2 Histórico

Nos Estados Unidos e na Europa, de acordo com ASHLEY *et al.* (2005), a ética e a responsabilidade

social corporativa eram aceitas como doutrina até o século XIX, quando o direito de conduzir negócios

<sup>1</sup>O Instituto Ethos de empresas e responsabilidade social é uma organização não governamental criada com a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa ([www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br))

de forma corporativa era prerrogativa do Estado ou da Monarquia e não um interesse econômico privado. Os benefícios públicos eram moeda de troca das corporações de capital aberto para conseguir alvarás expedidos pelos monarcas.

A obtenção de lucros aos acionistas ainda era, até o início do século XX, a premissa fundamental da legislação sobre corporações e, só a partir da segunda década do século, o litígio de *Dodge versus Ford*, nos Estados Unidos, tornou pública a questão da ética, da responsabilidade e discricionariedade dos dirigentes de empresas abertas. Daí pra frente, especialmente depois dos efeitos da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial, a consciência acerca da importância das ações sociais fez surgir, naturalmente, defensores da ética e da responsabilidade social corporativa, tendo esses conceitos se fixado inicialmente nos Estados Unidos e, posteriormente, no final da década de 1960, na Europa (ASHLEY *et al.*, 2005).

Nos últimos anos, de acordo com PINHEIRO (2008), a responsabilidade social surgiu como consequência de diversos movimentos que nasceram com o intuito de atender à nova demanda de necessidades da sociedade. Em 1987, a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU) iniciou a discussão sobre desenvolvimento sustentável, que posteriormente foi aprofundada durante a ECO 92 no Rio de Janeiro (vide Fig. 1), dando origem à Agenda 21, um documento de compromisso das nações participantes para a solução de problemas socioambientais de âmbito global.

Cada país, na ocasião, estabeleceu um compromisso de reflexão sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas socioambientais.

A Agenda 21 permitiu a criação de um instrumento que tornou possível repensar o planejamento. Abriu-se um caminho capaz de ajudar a construir politicamente as bases de um plano de ação e de um planejamento participativo em âmbito global, nacional e local, de forma gradual e negociada, tendo como meta um novo paradigma econômico e civilizatório (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2011).

Atualmente, a responsabilidade social empresarial está no centro das discussões das principais economias do mundo e é praticamente indissociável do conceito de desenvolvimento sustentável.



Figura 1. Conferência das Nações Unidas sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), ocorrida no Rio de Janeiro em 1992. (fonte: <http://essetalmeioambiente.com>)

### 3. A Responsabilidade social nas empresas

#### 3.1 O novo contexto econômico mundial

Um dos traços mais impactantes da recente evolução da economia mundial tem sido a integração dos mercados e a queda das barreiras comerciais. Para grande parte das empresas, isso significou a inserção, muitas vezes forçada, na competição em escala planetária. Em curto espaço de tempo, elas viram-se compelidas a mudar radicalmente suas estratégias de negócio e padrões gerenciais para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades

decorrentes da ampliação de seus mercados potenciais, do surgimento de novos concorrentes e novas demandas da sociedade.

Paralelamente, tiveram que passar a acompanhar a acelerada evolução tecnológica e o aumento do fluxo de informações, que se tornou exponencial com o avanço da Internet.

Na era da informação, da nova economia, são profundas as mudanças no modo de as sociedades

se organizarem. Alteram-se os papéis dos Estados nacionais, das empresas e das pessoas. Redefine-se a noção de cidadania e constituem-se modalidades inovadoras de direitos coletivos. O crescimento vertiginoso do chamado terceiro setor, com a proliferação das organizações não governamentais, configura uma verdadeira revolução cívica, que o mundo da Internet e das comunicações vem potencializar.

Esse contexto apresenta como desafio para as empresas a conquista de níveis cada vez maiores de competitividade e produtividade, e introduz a preocupação crescente com a legitimidade social de sua atuação.

Como resposta, as empresas passam a investir em qualidade, num aprendizado dinâmico que se

volta inicialmente para os produtos, evolui para a abordagem dos processos, até chegar ao tratamento abrangente das relações compreendidas na atividade empresarial, com os empregados, os fornecedores, os consumidores e clientes, a comunidade, a sociedade e o meio ambiente.

A gestão empresarial que tenha como referência apenas os interesses dos acionistas (*Shareholders*) revela-se insuficiente no novo contexto. Ele requer uma gestão balizada pelos interesses e contribuições de um conjunto maior de partes interessadas (*Stakeholders*<sup>2</sup>). A busca de excelência pelas empresas passa a ter como objetivos a qualidade nas relações e a sustentabilidade econômica, social e ambiental (*ETHOS, 2011*).

### 3.2 Responsabilidade social das empresas no Brasil

No Brasil, o movimento de valorização da responsabilidade social empresarial ganhou forte impulso na década de 90, através da ação de entidades não governamentais, institutos de pesquisa e empresas sensibilizadas para a questão. O trabalho do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE na promoção do Balanço Social é uma de suas expressões e tem logrado progressiva repercussão (*ETHOS, 2011*).

A obtenção de certificados de padrão de qualidade e de adequação ambiental, como as normas ISO, por centenas de empresas brasileiras, também é outro símbolo dos avanços que têm sido obtidos em alguns aspectos importantes da responsabilidade social empresarial.

A atuação incansável da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e pela erradicação do trabalho

infantil e a adoção do selo Empresa Amiga da Criança por um número expressivo de empresas são exemplos vivos do poder transformador da iniciativa privada.

As enormes carências e desigualdades sociais existentes não só no Brasil, mas em outros países latino-americanos dão à responsabilidade social empresarial relevância ainda maior. A sociedade espera que as empresas cumpram um novo papel no processo de desenvolvimento: sejam agentes de uma nova cultura, sejam atores de mudança social e, enfim, sejam construtores de uma sociedade melhor (*ETHOS, 2011*).

*ASHLEY et al (2005)* comentam que algumas empresas no país já têm a responsabilidade social como assunto constante em suas agendas de negócio.

## 4. Ações de responsabilidade social no setor da construção civil

Comentam, ainda, que esse novo modelo de gestão vem ganhando cada vez mais importância em processos de avaliação de empresas e de negócios.

Algumas empresas de construção civil, seguindo a tendência de outras indústrias, vêm apostando e acreditando que suas atividades devem ter objetivos maiores que seu próprio crescimento. Por esta razão,

fazem questão de participar do desenvolvimento dos locais onde atuam e das pessoas que neles vivem, investindo em seu bem-estar, assim como em cultura, educação e preservação do meio ambiente.

Inicialmente, a própria percepção empresarial provou que quanto mais se investe no homem, maior o comprometimento e maior é a redução

<sup>2</sup>Representa todos os intervenientes na produção da empresa e todos aqueles sobre os quais ela tem de alguma forma uma repercussão.

de custos com encargos sociais, uma vez que há, comprovadamente, um melhor resultado operacional e, conseqüentemente, uma maior satisfação do cliente.

Esta consciência de responsabilidade social empresarial, segundo OLIVA & OLIVEIRA (2008), ainda não conseguiu uma adesão considerada

suficiente do setor da construção civil para as necessidades imediatas das populações. No entanto, mesmo insuficientemente, cabe o destaque para algumas ações que têm transformado de maneira significativa as relações deste setor que, historicamente, não investe em ações sociais e degrada o meio-ambiente.

#### 4.1 Incentivos às empresas do setor

A CBIC, por meio de seu Fórum de Ação Social e Cidadania (FASC), vem estimulando, desde 2005, as ações sociais na indústria da construção com o Prêmio CBIC de Responsabilidade Social. Já bastante prestigiado pelo setor, o prêmio já agraciou empresas e entidades de todo o país. O objetivo do prêmio é fortalecer e estimular o desenvolvimento de ações sociais no setor da Indústria da Construção e do Mercado Imobiliário, criando um mecanismo de reconhecimento dos esforços conjuntos do setor na busca por uma sociedade com melhor qualidade de vida (CBIC, 2011).

Um dos vencedores de 2010 foi o programa “Descobrimo Saberes – Construindo Cidadania”, desenvolvido por uma empresa de construção civil do estado do Ceará. A premiação reconheceu o trabalho realizado pela empresa no desenvolvimento de atividades socioeducativas e culturais de crianças e adolescentes.

Outro agraciado no mesmo ano foi o Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário (Sinduscon) de São Leopoldo/RS, com o projeto “Formação do Jovem Aprendiz da Construção Civil - Fui eu que fiz, Doutor!” (vide Fig. 2).



Figura 2. Alunos em treinamento no Programa de Formação do Jovem Aprendiz da Construção Civil, desenvolvido pelo Sinduscon-SL e o SENAI-RS (fonte: <http://www.sinduscom.org.br>)

O projeto forma jovens entre 16 e 22 anos de idade, com competências para atuar na área da construção civil, fornecendo-lhes conhecimento genérico das atividades a serem desenvolvidas com sociabilidade e ética no mundo do trabalho, além de resgatar a dignidade da atividade do trabalhador da construção civil, por meio do aperfeiçoamento profissional, visando proporcionar oportunidades de trabalho e geração de renda (CBIC, 2011).

O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro (CREA.RJ), no intuito de demonstrar o comprometimento da área tecnológica no resgate da dívida social, lançou o “Selo

CREA.RJ de Responsabilidade Social”. O selo é conferido anualmente a empresas que desenvolvem ações de responsabilidade social, especialmente voltadas para iniciativas que promovam a inclusão tecnológica, a aplicação responsável dos princípios da Agenda 21 e que, além disso, contribuam para atender as funções sociais das cidades como preceitua o Estatuto das Cidades e incentivem o Primeiro Emprego Tecnológico.

A entidade aposta que a iniciativa se insere no compromisso ético assumido por todos os profissionais da área tecnológica, onde “o objetivo das profissões e a ação dos profissionais voltam-se

para o bem-estar e o desenvolvimento do homem, em seu ambiente, em suas diversas dimensões: como indivíduo, família, comunidade, sociedade,

nação e humanidade; nas suas raízes históricas, nas gerações atuais e futuras”. (CREA.RJ, 2011).

## 4.2 Exemplos de ações de responsabilidade social na construção civil

As ações de responsabilidade social nas empresas de construção civil têm gerado resultados positivos em diversas áreas, quais sejam:

**a) Desenvolvimento econômico**, gerando resultados para os clientes, para os acionistas e as comunidades onde a empresa atua e seus integrantes;

**b) Desenvolvimento social**, criando oportunidades de trabalho e renda direta e indiretamente para as populações das comunidades onde a empresa atua;

**c) Preservação ambiental**, por meio do uso racional dos recursos naturais e da utilização de tecnologias limpas;

**d) Participação política**, contribuindo

ativamente na formulação de políticas públicas que visem promover o desenvolvimento sustentável;

**e) Diversidade cultural**, incentivando a integração à organização de pessoas de diversas origens, raças, etnias e orientações sexual e religiosa, com respeito a seus usos e costumes.

Sempre de forma voluntária, as empresas investem recursos próprios em iniciativas de caráter social, cultural, ambiental, etc., voltadas, sobretudo para a educação, saúde e geração de trabalho e renda. A contribuição acontece, muitas vezes, por meio de Fundações e por iniciativas no âmbito interno das empresas.

A seguir são apresentados alguns exemplos de ações de interesse social no setor da construção civil.

## 4.3 Alfabetização nos canteiros de obras

A realidade mostra que muitos operários da construção civil não tiveram oportunidades para se dedicar aos estudos, pois desde muito cedo tiveram que trabalhar. A alfabetização de um indivíduo, mesmo e principalmente na idade adulta, aumenta sua autoestima, bem como melhora seu relacionamento familiar, uma vez que o mesmo participa de forma ativa da educação de seus filhos.

Além disso, devolve ao trabalhador seu espaço na sociedade e lhe dá oportunidades de crescimento profissional, visto que possibilita um melhor desempenho dentro da empresa. As aulas, que são ministradas dentro do próprio canteiro (vide Fig. 3), melhoram a compreensão, levando a uma maior interação com os chefes de setor, pois entendem mais claramente as instruções passadas por eles.



Figura 3. Profissionais da construção civil participando de programa de alfabetização dentro do canteiro de obras (fonte: <http://www.br.brookfield.com>)

#### 4.4 Programas de vacinação preventiva

Os programas de vacinação preventiva (vide Fig. 4), além de cuidar da saúde de seus colaboradores e de suas famílias, ajudam a empresa a evitar ou

minimizar as faltas no trabalho, ou seja, é uma ação preventiva de caráter social e de resultados diretos nos recursos humanos.



Figura 4. Profissional da construção civil recebendo dose de vacina para prevenção de doenças (fonte: <http://imperaneews.blogspot.com>)

#### 4.5 Assistência aos familiares dos funcionários

A atenção que a empresa dedica aos familiares dá segurança ao operário, pois mostra que a empresa se preocupa com aquilo que, para a maioria, é a motivação maior de seu trabalho: o bem-estar de

sua família. A assistência se concentra, geralmente, nas áreas de educação, alimentação e auxílio médico-hospitalar completo, além de tratamento odontológico.

#### 4.6 Contratação de portadores de necessidades especiais

Apesar das dificuldades em integrar portadores de necessidades especiais no mercado de trabalho, as entidades e empresas do setor têm desenvolvido parcerias para capacitar e contratar esses trabalhadores.

A contratação é uma iniciativa que não só reflete a preocupação social da empresa, mas ajuda a melhorar sua imagem perante a sociedade, uma vez que está absorvendo uma parcela da sociedade que ficou durante muito tempo à margem do mercado de trabalho. São muitas as atividades que podem ser desempenhadas por essas pessoas, entre elas

algumas atividades de campo, além de serviços de escritório, contabilidade, recepção, telemarketing, almoxarifado, vigilância, entre outras.

A Lei Federal nº 8.213/1991 (Lei de Cotas) estabelece que empresas que têm de 100 a 200 empregados devem destinar 2% das vagas para pessoas com deficiência. De 201 a 500 trabalhadores, a reserva é de 3%. De 501 a 1000, 4% e de 1001 em diante, 5% (PRESIDÊNCIA, 2011).

Um bom exemplo é dado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon.DF) em parceria com o Serviço Nacional da Indústria

(SENAI.DF), a Coordenadoria para Inclusão de Pessoas com Deficiência (Corde), o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Brasília (STICMB), além da

Superintendência Regional do Trabalho assinaram um pacto para capacitar portadores de necessidades especiais na construção civil.

#### 4.7 Assistência odontológica

A assistência odontológica gratuita aos funcionários é também uma importante ação de caráter sócio assistencial, a qual objetiva prevenir doenças provocadas por problemas na cavidade bucal, promovendo cidadania e efetivando os direitos sociais dos trabalhadores. A Fig. 5 mostra que este tipo de assistência pode ser realizado até no próprio canteiro, muitas vezes com a instalação de trailers odontológicos.

Além dessas ações inúmeras outras têm sido aplicadas nos canteiros de obras com excelentes resultados. Palestras sobre os mais variados assuntos, orientações e treinamentos sobre segurança no trabalho; programas de preservação e educação ambiental; programas de reciclagem de lixo; a realização de confraternizações para operários e seus familiares, entre outros.

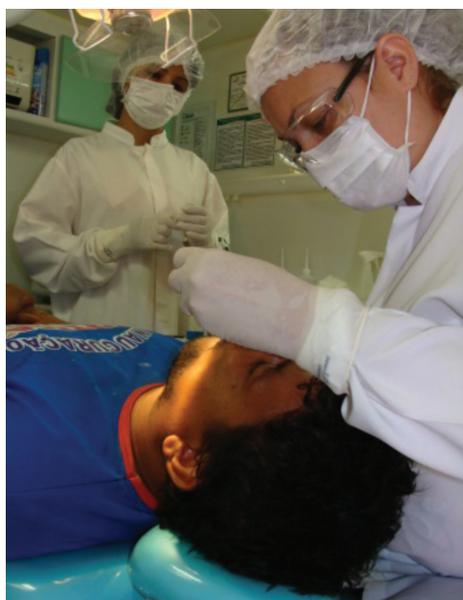


Figura 5. Assistência odontológica em unidade móvel instalada no canteiro de obra (fonte: <http://www.seconci.goias.com.br>)

#### 4.8 Soluções tecnológicas com resultados sociais

##### 4.8.1 Concreto Auto Adensável (CAA)

A aplicação de concreto auto adensável, além de vários ganhos diretos e indiretos defendidos por *TUTIKIAN & DAL MOLIN (2008)*, tais como a redução da mão-de-obra, melhoramento do acabamento final, concretagem de peças de seções reduzidas e aumento da durabilidade, também é vantajosa para empresas alinhadas à atual preocupação com seus impactos ambientais

e sociais, de acordo com *WATANABE (2006)*. Por utilizar finos na sua produção, o CAA é uma boa solução para o chamado “pó-de-pedra” gerado nas pedreiras, que geralmente não é aproveitado e, quando despejado em rios, causa assoreamentos e poluição. No concreto auto adensável esse material substitui até 65% da areia natural, o que, conseqüentemente, acarreta uma menor exploração

das jazidas. O CAA também diminui a poluição sonora, já que não faz uso de vibradores, e contribui para uma redução no consumo de energia elétrica e a preservação da saúde do operário. A alta fluidez traz outras vantagens: além de minimizar os riscos de acidentes causados pelo excesso de operários sobre as lajes, o CAA reduz problemas ergonômicos nos trabalhadores, já que eles fazem um menor esforço no lançamento e acabamento do material, além de diminuir a possibilidade de problemas auditivos. A Fig. 6 mostra o aspecto da alta fluidez desse material sócio ambientalmente correto.



Figura 6. Concreto auto-adensável: uma solução de resultados socialmente positivos (fonte: <http://cciviles.blogspot.com>)

#### 4.9 Os materiais e a responsabilidade social

As relações que a empresa estabelece com fornecedores revelam o grau de seu comprometimento com a responsabilidade social. Ela reproduz suas práticas entre os fornecedores e geram um círculo virtuoso. *PINHEIRO (2008)* verificou que 43% das empresas não têm como norma verificar a procedência dos materiais com o objetivo de evitar a utilização de insumos provenientes de exploração ilegal de recursos naturais. Na mesma pesquisa observou-se que as outras empresas não possuem normas ou não verificam a procedência dos materiais. Dessa forma, em relação à política de compras, a maioria das empresas não considera a

procedência dos materiais e os fatores de qualidade de seus fornecedores e parceiros.

Tratar de materiais e soluções que trazem benefícios sociais conduz, naturalmente, a uma abordagem de assuntos relacionados à sustentabilidade, uma vez que os projetos sociais nessa área visam quase sempre a utilização de materiais ecologicamente corretos, resíduos industriais e não processados, reuso de materiais, construções alternativas, enfim, conceitos de construção sustentável, os quais serão devidamente abordados em outro Boletim Técnico da ALCONPAT Int..

#### 4.10 A área de patologia e reabilitação das construções e os impactos sociais

A área de patologia e reabilitação das construções está diretamente relacionada tanto com aos aspectos econômicos, como aos aspectos de interesse social. Isto fica claro, quando *BERTOLINI (2010)* alerta para uma realidade dos países industrializados, nos quais os investimentos no patrimônio de edificações e na infraestrutura existentes continuam a aumentar e estão progressivamente superando os investimentos em novas obras.

*HELENE et al (2003)* destacam a degradação acelerada em obras de infraestrutura na Iberoamérica, seja por falhas em projetos, execução ou mesmo por ausência de políticas de manutenção. Segundo estes autores, nos Estados Unidos mais de 31% dos investimentos no setor da construção civil seriam destinados a obras de reabilitação.

A corrosão das armaduras, indiscutivelmente,

tem sido a manifestação patológica de maior incidência. *HELENE (1986)* já alertava sobre este problema, dizendo que o fenômeno da corrosão de armaduras era mais frequente do que qualquer outro processo de degradação em estruturas de concreto armado e que, além de um comprometimento estético, poderia afetar perigosamente a segurança estrutural de uma edificação. Ainda com relação a este problema, *FIGUEIREDO (1994)* diz que sua importância compreende razões econômicas, técnicas, jurídicas e também sociais, uma vez que a deterioração de inúmeras obras civis e públicas devido à corrosão é um fato que desafia desde sempre toda a comunidade técnico-científica mundial, em virtude de ser este um dos mais sérios, custosos e difíceis problemas de serem resolvidos.

Os custos diretos e indiretos com as perdas

causadas pela corrosão envolvem cifras extraordinárias e podem representar boa parcela das riquezas produzidas anualmente por um país. De acordo com *ANDRADE & GONZÁLEZ (1988)*, estas perdas podem atingir cerca de 1,25% a 3,50% do Produto Nacional Bruto (PNB) de países em desenvolvimento ou desenvolvidos, isto explica o porque de alguns destes países estarem adotando estratégias para frear o rápido crescimento destes gastos, já que estes recursos poderiam estar sendo investidos também em ações de interesse social.

*SITTER (1984)* já havia demonstrado e alertado a respeito da importância de ações preventivas nas

edificações desde a fase de concepção ou mesmo a intervenção em tempo hábil. Os custos diretos, segundo este autor, poderiam sofrer acréscimos significativos, adotando uma progressão geométrica de razão igual a cinco, na medida em que se avança cada uma das etapas: projeto, execução, manutenção preventiva e manutenção corretiva.

Na era das economias de baixo carbono, um esforço cada vez maior deve ser realizado no sentido de se conservar as obras existentes, com as correspondentes intervenções que a sua manutenção requer, pois as atuais circunstâncias globais exigem esta postura responsável.

## 5. Indicadores e referenciais normativos

As Normas relacionadas à responsabilidade social foram surgindo de acordo com as necessidades oriundas da popularização das iniciativas desenvolvidas pelas empresas. Assim, para se entender a visão dos consumidores sobre esse tema, suas expectativas e reações ante as ações das empresas foram criados indicadores, ou seja, instrumentos de avaliação que levam em conta algumas variáveis pertinentes para sua composição. Além da avaliação, o uso de indicadores ajuda a medir e monitorar aspectos da realidade

das empresas, fornecendo informações para que ela estabeleça previsões e identifique tendências.

*URSINI & SEKIGUCHI (2005)* apresentam alguns resultados alcançados durante o processo de evolução dos indicadores e normas até, finalmente, a elaboração da norma internacional ISO 26000, descrevendo alguns antecedentes e ilustrando toda a complexidade do processo.

O surgimento dos principais indicadores e normas são apresentados por *SILVA JÚNIOR (2008)*, de forma cronológica, na Fig. 7.

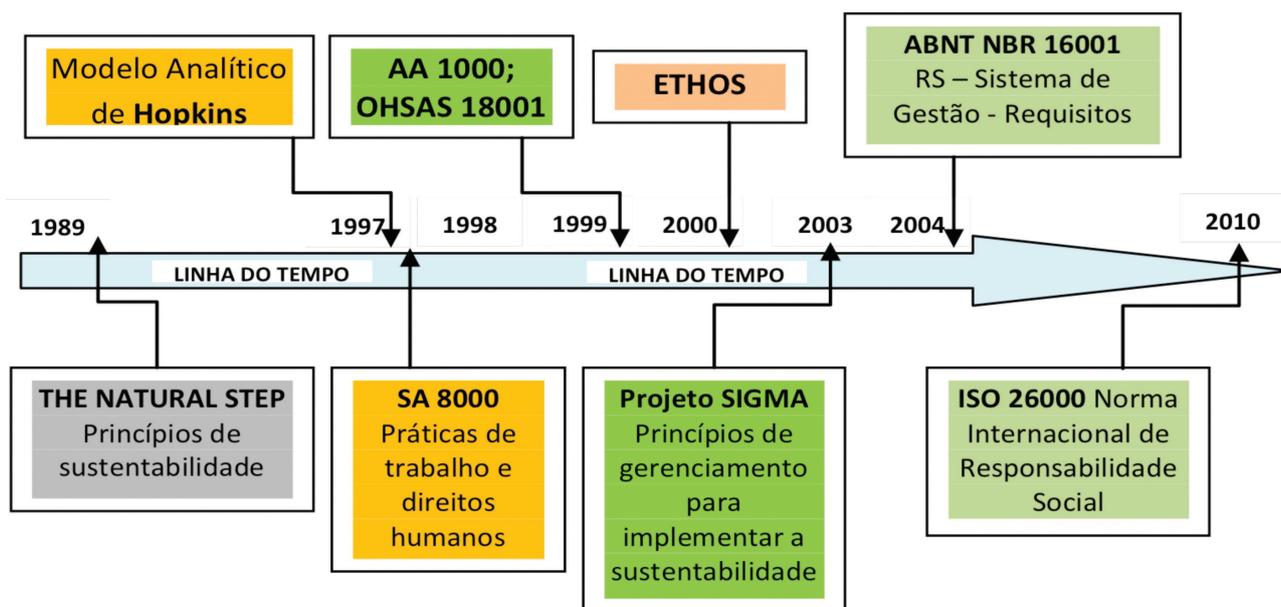


Figura 7. Linha do tempo dos indicadores e normas sobre responsabilidade social (*SILVA JÚNIOR, 2008 com adaptações*).

## 5.1 The natural step

*The Natural Step*, lançado em 1989 por *Karl-Henrik Robèrto*, na Suécia, é um documento que traz quatro princípios de sustentabilidade desenvolvidos como condições sistêmicas. O documento consiste num guia com condições fundamentais para uma sociedade sustentável, construídas a partir de um

consenso de cientistas, e com uma metodologia para o planejamento de negócios/tomada de decisões. É destinado a empresas, organizações e pessoas que desejam contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade (*ATKWHH, 2008*).

## 5.2 Modelo analítico de HOPKINS

Em 1997, *Michael Hopkins* propôs indicadores para avaliar os perfis de responsabilidade social das empresas. Seu propósito foi o de fornecer uma base para efetuar a auditoria social de empresas, contribuindo para a criação de um ranking que permitiria compará-las entre si com relação ao seu grau de responsabilidade social (*ASHLEY et al., 2005*).

Citados como modelo, os indicadores tanto utilizam dados extraídos das Demonstrações

Contábeis tradicionais e informações socioeconômicas e ambientais complementares a essas, como as obtidas na Demonstração do Valor Adicionado e no Balanço Social. Eles estão subdivididos em três níveis, envolvendo análise quanto aos Princípios de Responsabilidade Social (I), Processos de Capacidade de Resposta Social (II) e Resultados/Ações de Responsabilidade Social (III) (*BORCHARDT 2002*).

## 5.3 Social accountability - SA 8000

A norma SA 8000, iniciativa coletiva que visa reunir códigos de conduta, lançada pelo *Council of Economic Priorities Accreditation Agency* (Órgão Credenciador do Conselho de Prioridades Econômicas) em outubro de 1997, especifica requisitos de responsabilidade social que possibilitem a uma empresa:

a) Desenvolver, manter e executar políticas e procedimentos com o objetivo de gerenciar aqueles temas com os quais ela possa controlar ou influenciar;

b) Demonstrar para as partes interessadas que as políticas, procedimentos e práticas estão em conformidade com os requisitos da norma, os

Quadro 1. Requisitos x Aspectos Chave da Norma SA 8000 *Social Accountability International (2001)* adaptado por *SILVA JÚNIOR (2008)*.

Requisitos SA 8000	Aspectos Chave
1. Trabalho Infantil	A empresa não fará uso de mão-de-obra infantil nem apoiará.
2. Trabalho Forçado	A empresa não deverá fazer uso ou apoiar o trabalho forçado ou em cativeiro.
3. Saúde & Segurança	A empresa deverá oferecer um ambiente de trabalho saudável e seguro e treinamentos regulares sobre segurança.
4. Liberdade de Associação & Direito à Negociação Coletiva	A empresa respeitará os sindicatos e o direito dos trabalhadores de negociar coletivamente.
5. Discriminação	A empresa não deverá praticar ou apoiar a discriminação, seja por crença religiosa, sexo ou raça.
6. Práticas Disciplinares	A empresa não deverá praticar ou apoiar o uso de punição corporal, coação física ou mental e ofensa verbal.
7. Horário de Trabalho	A empresa obedecerá as normas e a legislação aplicáveis ao setor no que se refere ao horário de trabalho.
8. Remuneração	Salários deverão atender ao estabelecido por lei e ser suficiente e ser suficiente para atender às necessidades básicas” do empregado, com alguma renda a ser utilizada livremente.
9. Sistemas de Gestão	Política quanto à Responsabilidade Social; Análise Crítica pela Alta Administração; Representantes da Empresa; Planejamento e Implementação; Controle de Fornecedores; Tratando das Preocupações e Tomado Ação Corretiva; Comunicação Externa; Acesso para Verificação; Registros.

quais devem se aplicar universalmente em relação à localização geográfica, setor da indústria e tamanho da empresa.

Trata-se, portanto, de uma norma que orienta as empresas a adotarem os sistemas integrados de gestão em busca da melhoria contínua, seja em qualidade, meio ambiente ou higiene, saúde e segurança no trabalho. A *Social Accountability* (SA 8000) através dos protocolos da Organização Internacional do Trabalho – OIT – e de outros procedimentos e convenções é implementada para

assuntos de responsabilidade social.

No documento, além dos elementos normativos e instrumentos internacionais a serem seguidos e respeitados, constam as definições dos principais termos adotados, e os nove principais requisitos de responsabilidade social, entre os quais estão questões como mão-de-obra infantil, segurança e saúde do trabalhador, liberdade de associação, discriminação, remuneração e horas extras (vide Quadro 1).

#### **5.4 Projeto SIGMA - Sustainability Integrated Guidelines for Management**

O Projeto SIGMA traz um conjunto de princípios para as empresas que buscam a sustentabilidade. Lançado em 1999, ele é resultado de uma parceria entre o *Forum for the Future, Accountability e British Standards Institution* (BSI). O documento foi amplamente revisado em 2003 e é composto de três partes: um guia de princípios, um conjunto de princípios de gerenciamento para implementar a sustentabilidade nas atividades principais da companhia e um guia de ferramentas. Integração é a palavra-chave no

Projeto Sigma (*SILVA JÚNIOR, 2008*).

O documento reúne temas sociais, ambientais e econômicos, ao mesmo tempo em que incentiva as empresas a integrar essas áreas dentro da organização. O SIGMA é a síntese de modelos e instrumentos no campo da responsabilidade social empresarial. Usado sozinho ou em conjunto com outras iniciativas, permite às organizações definirem seu próprio processo de acordo com suas necessidades (*ETHOS, 2004*).

#### **5.5 AA 1000 - Institute of Social and Ethical Accountability – ISEA**

Lançada em 1999 no Reino Unido, a AA 1000 tinha como desafio ser o primeiro padrão internacional de gestão da responsabilidade corporativa, com foco na contabilidade, auditoria e relato social ético. Desenvolvida para auxiliar empresas, acionistas, auditores, consultores e organizações certificadoras, ela pode ser usada isoladamente ou em conjunto com outros padrões de prestação de contas, como a *Global Report Initiative* (GRI), e normas padrões como as *International Standard Organization* (ISO) 26000 e a *Social Accountability - SA 8000*. (BSD Brasil, 2011)

A *Norma AA 1000* é composta por onze princípios de qualidade e um conjunto de padrões de processo, os quais associam a integração dos valores da organização com o desenvolvimento das metas de desempenho e a avaliação e comunicação do desempenho organizacional. Os processos ocorrem mediante um ciclo contínuo de etapas

agregadas dentro de quatro fases: planejamento, contabilidade, auditoria e relato e integração das partes interessadas.

Embora promova a certificação, a *Norma AA 1000* não define padrões ou desempenho real, mas especifica o processo a ser seguido na construção do relatório de desempenho e não os níveis desejados. Assim, a norma não atesta comportamento ético e socialmente responsável para uma organização, mas garante que ela aja conforme a sua missão e valores e cumpra as metas definidas a partir do diálogo com os *stakeholders* (*ATKWHH, 2008*).

As principais contribuições da Norma AA 1000 são os processos e definições que dão suporte à prática da responsabilidade social empresarial. Enfatiza-se a inovação na forma de adotar as regras, permitindo que cada empresa defina seu próprio caminho. Isso confere às companhias maior responsabilidade. Seguir esse padrão tem sido visto

como uma garantia para os sócios e demais partes interessadas de que há consistência nas ações da

empresa (*ETHOS, 2004*).

## 5.6 Indicadores *ETHOS*

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma organização sem fins lucrativos, caracterizada como OSCIP (organização da sociedade civil de interesse público). Sua missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável.

Criado em 1998 por um grupo de empresários e executivos oriundos da iniciativa privada, o Instituto Ethos é um pólo de organização de conhecimento, troca de experiências e desenvolvimento de ferramentas para auxiliar as empresas a analisar suas práticas de gestão e aprofundar seu compromisso com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável. É também uma referência internacional nesses assuntos, desenvolvendo projetos em parceria com diversas

entidades no mundo todo, entre as quais o *Prince of Wales Business Leadership Forum*, do Reino Unido, e o *Business for Social Responsibility*, organização empresarial sediada nos Estados Unidos (*ETHOS, 2011*).

Os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial são uma ferramenta de aprendizado e avaliação da gestão no que se refere à incorporação de práticas de responsabilidade social empresarial ao planejamento estratégico e ao monitoramento e desempenho geral da empresa (*ETHOS, 2011*).

Trata-se de um instrumento de auto avaliação e aprendizagem de uso essencialmente interno. A empresa interessada em avaliar suas práticas de responsabilidade social e se comparar com outras empresas poderá responder os Indicadores Ethos e verificar quais os pontos fortes da gestão e as oportunidades de melhoria.

Quadro 2. Indicadores Ethos setoriais de Responsabilidade Social Empresarial: Construção Civil - foco em construtoras (*SILVA JÚNIOR, 2008*).

1. Valores, Transparência e Governança	1.1. Compromissos éticos
	1.2. Diálogo com as partes interessadas
	1.3. Relações com a concorrência
2. Público Interno	2.1. Relações com sindicatos
	2.2. Gestão participativa
	2.3. Valorização da Diversidade
	2.4. Cuidados com saúde, segurança e condições de trabalho
	2.5. Comportamento frente a demissões
3. Meio Ambiente	3.1. Comprometimento da Empresa
	3.2. Educação e conscientização ambiental
	3.3. Gerenciamento do impacto ambiental
	3.4. Minimização de entrada e saída de materiais
	3.5. Desenvolvimento Sustentável no setor da Construção Civi
	3.6. Utilização da madeira
4. Fornecedores	4.1. Critérios de seleção e avaliação de fornecedres
	4.2. Relações com trabalhadores terceirizados
5. Consumidores e Clientes	5.1. Política de comunicação social
	5.2. Sobre promoções de vendas de imóveis na rua
	5.3. Excelência do atendimento
	5.4. Conhecimento e gerenciamento dos danos potenciais dos produtos e serviços
6. Comunidade	6.1. Gerenciamento do impacto da empresa na comunidade do entorno
7. Governo e Sociedade	7.1. Práticas anti corrupção e propina
	7.2. Liderança e influência social
	7.3. Participação em projetos sociais governamentais

Alguns indicadores específicos, que abrangem dilemas e peculiaridades de cada setor empresarial vêm sendo criados. Entre eles está o da construção civil, lançado em 2005. Esses indicadores são complementares aos Indicadores Ethos gerais e possibilitam à empresa avaliar as oportunidades e desafios típicos de seu setor de atuação. Os Indicadores ETHOS setoriais de Responsabilidade Social Empresarial: foco em Construtoras têm como

meta fornecer a essas empresas a possibilidade de um diagnóstico preciso e aprofundado, conforme mostra o Quadro 2.

Novos indicadores ou normas que possam ajudar empresas, governos e pessoas a enxergar o mundo de maneira mais clara e verdadeira são fundamentais para que se pondere a real utilidade social de suas atividades.

## 5.7 ABNT NBR 16001 - Responsabilidade social - Sistema da gestão - Requisitos

Publicada em dezembro de 2004, a norma *ABNT NBR 16001* da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), estabelece requisitos mínimos relativos a um sistema da gestão da responsabilidade social. Permite à organização formular e implementar uma política com objetivos que levem em conta as exigências legais, seus compromissos éticos, sua preocupação com a promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável, além da transparência das suas atividades (*ABNT, 2004*).

Os requisitos da *ABNT NBR 16001* são genéricos, para que possam ser aplicados a todas as organizações. Sua aplicação dependerá de fatores como a política de responsabilidade social da organização, a natureza de suas atividades, produtos e serviços; da sua localidade e das condições em que opera.

A norma está fundamentada na metodologia conhecida como PDCA (*Plan-Do-Check-Act* ou planejar-fazer-verificar-atuar), a qual pode ser brevemente descrita, de acordo com a *ABNT (2004)*, como:

- Planejar: estabelecer os objetivos e processos necessários para se produzirem resultados em conformidade com a política da responsabilidade social da organização;
- Fazer: implementar os processos;
- Verificar: monitorar e medir os processos em relação à política de responsabilidade social e aos objetivos, metas, requisitos legais e outros, e reportar os resultados;
- Atuar: tomar ações para melhorar continuamente o desempenho ambiental, econômico e social do sistema da gestão.

Os objetivos e metas devem ser compatíveis

com a política de responsabilidade social e devem contemplar (mas não se limitara):

- a) boas práticas de governança;
- b) combate à pirataria, sonegação e corrupção;
- c) práticas leais de concorrência;
- d) direitos da criança e do adolescente, incluindo o combate ao trabalho infantil;
- e) direitos do trabalhador, incluindo o de livre associação, de negociação, a remuneração justa e benefícios básicos, bem como o combate ao trabalho forçado;
- f) promoção da diversidade e combate à discriminação (por exemplo: cultural, de gênero, de raça/etnia, idade, pessoa com deficiência);
- g) compromisso com o desenvolvimento profissional;
- h) promoção da saúde e segurança;
- i) promoção de padrões sustentáveis de desenvolvimento, produção, distribuição e consumo, contemplando fornecedores, prestadores de serviço, entre outros;
- j) proteção ao meio ambiente e aos direitos das gerações futuras; e
- k) ações sociais de interesse público.

A ABNT ainda elaborou duas outras normas complementares: a *ABNT NBR 16002/2005* (Responsabilidade social – Sistema de gestão - Qualificação de auditores), que fornece orientações aplicáveis para a competência de auditores de sistemas de gestão da responsabilidade social; e, mais recentemente, a *ABNT NBR 16003/2009* (Responsabilidade social – Diretrizes para execução de auditorias), a qual fornece orientações sobre os princípios de auditoria, gestão de programas de auditoria e realização de auditorias de sistema de gestão da responsabilidade social

## 5.8 International Organization for Standardization - ISO 26000

O Conselho da *International Organization for Standardization (ISO)* – (Organização Internacional de Normalização), após dois anos de discussões, aprovou a elaboração da Norma Internacional de Responsabilidade Social, a ISO 26000. Isso ocorreu logo depois de sua Conferência Internacional, em Estocolmo, em junho de 2004. O Grupo de Trabalho de Responsabilidade Social, responsável pela elaboração dessa norma, foi o primeiro da ISO a ser coordenado em conjunto por uma entidade normatizadora de um país industrializado – o *Swedish Standards Institute (SIS – Instituto Sueco de Normalização)* – e outra de um país “em desenvolvimento”, a brasileira ABNT, que foi a vencedora dentre cinco outras candidaturas apresentadas.

Assim, desde 15 de setembro de 2004, Brasil e Suécia passaram a presidir e secretariar de maneira compartilhada o Grupo de Trabalho sobre Responsabilidade Social da ISO. Inaugurou-se, com isso, o processo de elaboração da chamada “terceira geração de normas de sistemas de gestão”, após as séries da qualidade (ISO 9000) e do meio ambiente (ISO 14000), adotadas por mais de 600 mil organizações em todo o mundo.

Contudo, diferentemente destas, a ISO 26000, considerada um marco para a responsabilidade social nas empresas, não é uma norma para certificação, ou seja, ela serve como um guia de diretrizes para todo tipo e tamanho de organização que busque responsabilidade social e sustentabilidade em suas ações, mas não servirá como base para obtenção de selos e certificados de responsabilidade socioambiental pelas empresas e

outras organizações.

*CREDIDIO (2007)* comenta que com a publicação da ISO 26000, a tênue linha que separa o discurso corporativo socialmente responsável das verdadeiras políticas e práticas empresariais ganhe contornos mais acentuados, servindo as diretrizes como parâmetro para a sociedade medir a verdadeira atuação socioambiental das empresas, uma vez que um dos principais objetivos da norma é o de estabelecer um entendimento comum sobre o que de fato significa responsabilidade social, a fim de que as iniciativas duvidosas sobre o assunto possam ser claramente resolvidas.

A ISO 26000 abrangerá três tipos de princípios. Os primeiros, ou gerais, se aplicam em todas as circunstâncias, como por exemplo, respeito à lei, a convenções e a declarações reconhecidas internacionalmente. Os princípios do segundo critério, chamados substantivos, são voltados a resultados e avanço de critérios internacionalmente reconhecidos nas diversas áreas da responsabilidade social. Por fim, os ditos operacionais dizem respeito à natureza e qualidade do processo, englobando inclusão, *accountability*, transparência, materialidade e responsabilidade, entre outros aspectos.

Tudo leva a crer que a ISO 26000 dará um novo impulso às políticas e práticas de responsabilidade social em todo o mundo, estimulando processos de mudanças de comportamento em todos os níveis da sociedade e, em especial, demonstrando às empresas que é possível aliar desenvolvimento sustentável com a manutenção do lucro.

## Considerações Finais

A indústria da construção civil moderna e engajada, caminha, a igual que as demais indústrias, na consolidação dos sistemas de gestão da qualidade, na melhoria nos processos de logística e de projetos com base na tecnologia da informação, e se moldam às exigências do mercado internacional quanto à sustentabilidade global. Elas passaram a enxergar muito além dos seus

limites corporativos, produzindo mudanças de atitude e de comportamento em prol da sociedade.

As empresas do setor de construção civil precisam reconhecer o impacto de suas atividades e perceber que a sua responsabilidade para com a comunidade deve abranger sempre duas dimensões: social e ambiental. Mais do que isso, têm que entender que a responsabilidade socioambiental deve ser

exercida através de um conjunto de ações dentro e fora de seus canteiros.

Os empresários da construção e, sobretudo, os profissionais de engenharia passam a condição de protagonistas no crescimento de suas nações e, por isso, têm uma função social significativa, uma vez que suas práticas ou atitudes social e ambientalmente responsáveis contribuirão com a valorização do ser humano e confirmarão seu compromisso com as futuras gerações.

Não obstante, é imprescindível que as organizações ajustem seus indicadores de maneira unificada, levando em consideração os elementos ambientais, sociais e econômico-financeiros. A consolidação de um modelo de responsabilidade social exige investimentos empresariais, mas,

antes disso, exige atitude, desejo de mudança e consciência de cidadania.

Ainda há muito que realizar, pois a dívida social resultante do desenvolvimento desigual ou desequilibrado é enorme e saldá-la não é responsabilidade só do setor público, é tarefa de toda a sociedade. No entanto, não se pode desconsiderar que depois das dificuldades econômicas e da instabilidade política que tem caracterizado a América Latina nas últimas décadas, a construção civil está cruzando uma nova e fascinante etapa que, necessariamente deverá gerar uma grande transformação e uma surpreendente geração de riqueza, com muito mais crescimento e, sobretudo, desenvolvimento social.

## Referências Bibliográficas

- ANDRADE, C.; GONZÁLEZ, J. A. **Tendencias actuales en la investigación sobre corrosión de armaduras**. Informes de la Construcción, v.40, n.398, p.7-14, nov./dic. 1988.
- ASHLEY, P. A.; QUEIROZ, A.; CARDOSO, A. J. G.; SOUZA, A. A.; TEODÓSIO, A. S. S.; BORINELLI, B.; VENTURA, E. C. F.; CHAVES, J. B. L.; VELOSO, L. H. M.; ALIGLERI, L.; LIMA, P. R. S.; FERREIRA, R. N. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2005. 300p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16001: Responsabilidade social – sistema da gestão – Requisitos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.
- \_\_\_\_\_. **NBR 16002: Responsabilidade social - Sistema de gestão - Qualificação de auditores**. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.
- \_\_\_\_\_. **NBR 16003: Responsabilidade social — Diretrizes para execução de auditorias**. Rio de Janeiro: ABNT, 2009.
- BERTOLINI, L. **Materiais de construção: patologia, reabilitação, prevenção**. Trad. Leda Maria M. D. Beck. São Paulo: Oficina de Textos, 2010. 414p.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Déficit habitacional no Brasil 2007**. Brasília, 2009. 129p.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental. **Agenda 21**. Disponível em <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 14 ago. 2011.
- BSD Brasil. Apresenta informações sobre a BSD Brasil. Disponível em <<http://www.bsd-net.com>>. Acesso em: 13 ago. 2011.
- CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC). **Apresenta informações sobre a indústria da construção e o prêmio CBIC de responsabilidade social**. Disponível em: <[www.cbic.org.br](http://www.cbic.org.br)>. Acesso em 08 ago. 2011.
- CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA RJ. **Apresenta informações gerais sobre o conselho e o selo de responsabilidade social**. Disponível em: <[www.crea-rj.org.br](http://www.crea-rj.org.br)>. Acesso em 13 ago. 2011.
- CREDIDIO, F. ISO 26000 – A norma internacional de responsabilidade social. **Revista Filantropia-OnLine**, n. 91. Disponível em <<http://www.sinproprp.org.br>>. Acesso em: 01 ago. 2011.
- FIGUEIREDO, E. P.; **Avaliação do desempenho de revestimentos para proteção da armadura contra a corrosão através de técnicas eletroquímicas – Contribuição ao estudo de reparo de estruturas de concreto armado**. São Paulo, 1994. 423p. Tese (Doutorado) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo.
- HELENE, P.R.L. **Corrosão em armaduras para concreto armado**. São Paulo, PINI, 1986. 47p.
- HELENE, P.; PEREIRA, F.; HUSNI, R.; CASTRO, P.; AGUADO, A. (Ed.). **Manual de Rehabilitación de Estructuras de Hormigón: Reparación, Refuerzo y Protección**. São Paulo: Red Rehabilitar, CYTED, 2003. v.1. 750p.
- INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. São Paulo. **Apresenta informações gerais sobre responsabilidade social e as ações do instituto**. Disponível em [www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br)>. Acesso em: 07 ago. 2011.
- \_\_\_\_\_. **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial**. São Paulo: ETHOS, 2011. Disponível em <[www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br)>. Acesso em: 13 ago. 2011.
- MEJIA, J.; DUER, W.; LÓPEZ, R. A. América Latina busca resolver déficit de vivienda. **Construcción Pan-Americana**. Abr. 2011. p. 8-10.
- OLIVA, A.; OLIVEIRA, R. **Responsabilidade social na construção civil no Brasil: Um caminho que pode vir a auxiliar o acesso à moradia**. Revista Invi, v. 23, n. 63, p. 121-134. Ago. 2008.
- PINHEIRO, P. F. **Implantação da responsabilidade social empresarial na gestão de fornecedores da construção civil – Análise do programa TEAR**. 2008. Dissertação (Mestrado em engenharia) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2008.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Apresenta informações gerais sobre legislação**. Disponível em <[www.presidencia.gov.br](http://www.presidencia.gov.br)>. Acesso em: 16 ago. 2011.
- SILVA JÚNIOR, Q. O. **Diagnóstico de responsabilidade social nas empresas do setor de edificações do projeto construindo o futuro**. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2008.

- SITTER, W.R. Costs of service life optimization. The “law of fives”. In: CEB-RILEM. **Durability of concrete structures-International Workshop**. Proceedings. Copenhagen, 1984.
- SOCIAL ACCOUNTABILITY INTERNATIONAL (SAI). **Apresenta informações gerais sobre a norma SA 8000**. Disponível em <www.sa-intl.org>. Acesso em: 20 ago. 2011.
- TUTIKIAN, B. F.; DAL MOLIN, D. C. **Concreto Auto-Adensável**. São Paulo: Pini, 2008. 140p.
- URSINI, T. R.; SEKIGUCHI, C. **Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social: Rumo à terceira geração de normas ISO**. Artigo publicado no livro “Inovação, legislação e Inserção Social”, 4o volume da coleção “Uniemp Inovação”. Instituto Uniemp, São Paulo, SP, 2005.
- WATANABE, L. T. Qualidade Plástica. **Revista Técnica**, n. 111, p. 36-39. Jun. 2006.

# Boletins Técnicos Alconpat

**BT 01 – Bernardo Tutikian e Marcelo Pacheco**

Inspección, Diagnóstico y Prognóstico en la Construcción Civil

*Inspeção, Diagnóstico e Prognóstico na Construção Civil*  
*Civil Construction Assessment*

**Boletim técnico 02 – Raúl Husni**

Reparación y Refuerzo

*Reparo e Reforço*  
*Repair and Strengthening*

**Boletim técnico 03 – Antônio Carmona Filho e Thomas Carmona**

Grietas en Estructuras de Hormigón

*Fisuração nas Estruturas de Concreto*  
*Cracking in Concrete Structures*

**BT 04 – Fernando Branco, Pedro Paulo e Mário Garrido**

Vida Útil en la Construcción Civil

*Vida Útil na Construção Civil*  
*Service Life in Civil Construction*

**BT 05 – Gilberto Nery**

Monitoreo en la Construcción Civil

*Monitoração na Construção Civil*  
*Monitoring in Civil Construction*

**BT 06 – Enio Pazini Figueiredo e Gibson Meira**

Corrosión de armadura de estructuras de hormigón

*Corrosão das armaduras das estruturas de concreto*  
*Reinforcement corrosion of concrete structures*

**BT 07 – Alicia Mimbacas**

Sostenibilidad en la Construcción

*Sustentabilidade na Construção*  
*Construction Sustainability*

**BT 08 – Paulo Helene e Salomon Levy**

Curado del Hormigón

*Cura do Concreto*  
*Concrete Curing*

**BT 09 – Paulo Helene e Jéssika Pacheco**

Controle da Resistência do Concreto

*Control de la Resistencia del Hormigón*  
*Conformity control for compressive strength*

**BT 10 – Hênio Tinoco**

Responsabilidad Social en Construcción

*Responsabilidade Social na Construção Civil*  
*Social Responsibility in Civil Construction*

Patrocínio de: